

# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### **Nota Introdutória**

A Manuel Rodrigues Gouveia, S.A. (“MRG” ou “Empresa”) tem sede em Seia, foi constituída em 1977 e tem como actividade principal a Construção Civil e Obras Públicas.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas, cuja numeração se encontra ausente deste anexo, não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Todos os valores deste anexo estão expressos em euros.





# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### **Bases de Apresentação e Principais Critérios Valorimétricos**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### **a) Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações, e foram calculadas com base nas taxas fixadas no Decreto Regulamentar n.º 2/90.

#### **b) Imobilizações corpóreas**

As imobilizações corpóreas estão registadas ao custo de aquisição ou produção ajustado pelo efeito das reavaliações legais efectuadas. As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes, de acordo com critérios e taxas legais por forma a que o valor dos imobilizados seja integrado durante a sua vida útil estimada.

#### **c) Investimentos financeiros**

Os investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição.

#### **d) Existências**

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de obra directa e gastos gerais.

As mercadorias são valorizadas ao custo médio de aquisição que não excede o seu valor líquido realizável.

#### **e) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos a obras em curso**

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os custos e proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício, em função do critério da percentagem de acabamento das obras.

São diferidos proveitos de obras, de acordo com a legislação aplicável, que se destinam a cobrir eventuais custos a incorrer no período de garantia das obras, bem como eventuais perdas estimadas em obras em curso.

#### f) Ajustamento de dívidas a receber

O ajustamento para dívidas a receber foi calculado com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores (Notas 21 e 23).

#### g) Provisões

As provisões destinam-se a cobrir responsabilidades decorrentes da actividade da Empresa (Nota 34).

#### h) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de “Acréscimos e diferimentos” (Nota 48-B).

#### i) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 6. Impostos

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1.50% sobre o lucro tributável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2004 a 2007 poderão vir, ainda, a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisões e inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O encargo do imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultados antes imposto	5,532,114.31	
Diferenças temporárias	(1,430,481.41)	
	<b>4,101,632.90</b>	
Tributações autónomas		75,967.25
Derrama		75,236.76
<b>Imposto corrente</b>		<b>1,534,232.59</b>
Imposto corrente		1,534,232.59
Imposto diferido		(318,906.03)
<b>Encargo do exercício</b>		<b>1,215,326.56</b>

### 7. Número Médio de Pessoal

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 186 pessoas.



1.



2.



3.

1.2. e 3.  
Leiria  
**Polis Zona 1**

# 8.

## ANEXO

### ÀS DEMONSTRAÇÕES

### FINANCEIRAS

#### 10. Movimento do Activo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Despesas de Instalação	76,088.26	-	-	-	76,088.26
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	125,598.35	-	-	-	125,598.35
	<b>201,686.61</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>201,686.61</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Terrenos e Recursos Naturais	126,065.51	-	-	-	126,065.51
Edifícios e Outras Construções	146,224.60	-	-	-	146,224.60
Equipamento Básico	4,447,829.93	11,325.13	1,637,779.76	-	2,821,375.30
Equipamento de Transporte	2,224,938.45	219,991.50	803,729.85	(12,435.84)	1,628,764.26
Ferramentas e Utensílios	85,781.53	4,392.51	-	(872.90)	89,301.14
Equipamento Administrativo	1,169,995.82	100,737.48	-	-	1,270,733.30
	<b>8,200,835.84</b>	<b>336,446.62</b>	<b>2,441,509.61</b>	<b>(13,308.74)</b>	<b>6,082,464.11</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>					
Partes de Capital em Empresas Associadas	24,999.00	280,000.00	-	-	304,999.00
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	2,289,945.26	-	-	(2,000,000.00)	289,945.26
	<b>2,314,944.26</b>	<b>280,000.00</b>	<b>-</b>	<b>(2,000,000.00)</b>	<b>594,944.26</b>

#### Activo Bruto

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transf. e Abates	Saldo Final
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>					
Despesas de Instalação	46,103.49	14,992.18	-	-	61,095.67
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	117,597.98	3,999.60	-	-	121,597.58
	<b>163,701.47</b>	<b>18,991.78</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>182,693.25</b>
<b>Imobilizações Corpóreas</b>					
Edifícios e Outras Construções	47,641.38	3,976.27	-	-	51,617.65
Equipamento Básico	4,115,805.93	153,794.16	1,612,271.08	-	2,657,329.01
Equipamento de Transporte	1,906,328.94	158,678.74	787,777.34	(12,435.84)	1,264,794.50
Ferramentas e Utensílios	73,251.57	5,912.89	-	-	79,164.46
Equipamento Administrativo	946,060.27	96,200.00	-	(872.90)	1,041,387.37
	<b>7,089,088.09</b>	<b>418,562.06</b>	<b>2,400,048.42</b>	<b>(13,308.74)</b>	<b>5,094,292.99</b>
<b>Investimentos Financeiros</b>					
Partes de Capital em Empresas Associadas	-	-	-	-	-
Títulos e Outras Aplicações Financeiras	22,360.21	5,590.06	-	-	27,950.27
	<b>22,360.21</b>	<b>5,590.06</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27,950.27</b>

#### Amortizações

### 15. Imobilizado em Regime de Locação Financeira

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, a empresa utilizava os seguintes bens em regime de locação financeira:

Rubricas	Valor Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Capital em Dívida
<b>Imobilizações Corpóreas:</b>				
Equipamento Básico	602,166.23	443,942.60	158,223.63	33,168.73
Equipamento de Transporte	891,503.23	275,403.84	616,099.39	325,182.31
Equipamento Administrativo	61,117.10	20,370.33	40,746.77	51,111.51
	<b>1,554,786.57</b>	<b>739,716.77</b>	<b>815,069.80</b>	<b>409,462.55</b>

Em 31 de Dezembro de 2007 a Empresa mantém responsabilidades, como locatária, relativas a rendas vincendas, conforme segue:

Exercícios	
2008	155,636.54
2009	119,153.62
2010	101,132.22
2011	33,540.17
	<b>409,462.55</b>

# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 16. Empresas do Grupo e Associadas

Firma/Sede	Capital Próprio	Resultados Líquidos	Percentagem Participação	Valor da Participação
<b>Partes de Capital em Empresas Associadas:</b>				
<b>Integreb</b>				
Engenharia, Construção e Obras Públicas, SA Av. D. João II, Lote 1.17.03 - 7ªA, Lisboa	100,000.00		24.999%	24,999.00
<b>BR&amp;FC</b>				
Business Research & Financial Consulting, S.A. Urbanização Alto do Sol, Coimbra	75,000.00		32.667%	24,500.00
<b>Campiscinas</b>				
Desenv. e Implementação Piscinas, S.A. Praça da República, nº18, Campo Maior	50,000.00		37.000%	18,500.00
<b>Mafreduca, S.A.</b>				
Rua da Escola nº11, Mafra	98,657.00	(1,342.56)	37.000%	37,000.00
<b>Ideal Tower SGPS, S.A.</b>				
Urbanização Alto do Sol, Coimbra	500,000.00		40.000%	200,000.00
				<b>304,999.00</b>

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Títulos e outras aplicações financeiras” tinha a seguinte composição:

Firma/Sede	
Beiragás	134,675.43
PLIE Guarda - Gest. Adm. Plat. Log. Ini. Empr. Guarda, SA	2,500.00
SPGM - Sociedade de Investimento, SA	5,000.00
Edifícios e Outras Construções	147,769.83
<b>289,945.26</b>	

### 17. Participações Incluídas na Rubrica Títulos Negociáveis

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica “Outras aplicações de Tesouraria” tinha a seguinte composição:

Participação	Títulos Detidos	Valor Nominal	Valor Balanço
Banco Privado Português			4,000,000.00
			<b>4,000,000.00</b>

### 21. Ajustamentos a Rubricas do Activo Circulante

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de ajustamentos:

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
<b>Dívidas de Terceiros</b>				
Cientes de Cobrança Duvidosa	1,069,206.98	787,667.14	554,589.56	1,302,284.56

### 23. Dívidas de Cobrança Duvidosa

Em 31 de Dezembro de 2006 existiam dívidas classificadas como de cobrança duvidosa no montante de 1,069,206.98 Euros. Estas dívidas encontram-se ajustadas com base nas expectativas de perda pela não cobrança dessas contas a receber, tendo sido registados ajustamentos para essas dívidas com um reforço de 787,667.14 Euros e uma reversão de 554,589.56 Euros.

### 31. Compromissos Financeiros Assumidos e Não Incluídos no Balanço

Em 31 de Dezembro de 2007 estavam vigentes contratos de “factoring” sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 16,661,257.99 Euros. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade da Empresa restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de “factoring”.

### 32. Garantias Prestadas

Em 31 de Dezembro de 2007 a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros de caução a clientes para efeitos de concurso, adiantamentos já recebidos e como garantia de boa execução de obras no montante de, respectivamente, 30,620,498.15 Euros e 1,216,360.17 Euros.

# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 34. Movimento Ocorrido nas Provisões

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Saldo Final
Provisões Para Processos Judiciais em Curso	154,857.28	70,227.17	154,857.28	70,227.17
Provisões Para Outros Riscos e Encargos	403,556.53	1,430,481.41	-	1,834,037.94
	<b>558,413.81</b>	<b>1,500,708.58</b>	<b>154,857.28</b>	<b>1,904,265.11</b>

### 36. Composição do Capital

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 500.000 acções com o valor nominal de cinco euros cada.

### 37. Participação no Capital Subscrito de cada uma das Pessoas Colectivas que nele detenham pelo menos 20%

Em 31 de Dezembro de 2007, as participações no capital da Empresa acima dos 20% eram como segue:

Accionista	Nº Acções	% de Participação
Imoestrela - Sociedade Investimentos Serra da Estrela, Lda	121,302	24.26%



# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 40. Variação nas Rubricas de Capital Próprio

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foi como segue:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Capital	2,500,000.00	-	-	2,500,000.00
Reserva Legal	351,618.00	93,000.00	-	444,618.00
Resultados Transitados	7,789,000.35	1,751,326.23	-	9,540,326.58
Resultado Líquido do Exercício	1,844,326.23	3,696,607.11	1,844,326.23	3,696,607.11
	<b>12,484,944.58</b>	<b>5,540,933.34</b>	<b>1,844,326.23</b>	<b>16,181,551.69</b>

#### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

#### Aplicação de resultados de 2006

Em reunião de Assembleia Geral de Accionistas, realizada a 31 de Março de 2007, foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, tendo sido deliberada a seguinte aplicação de resultados:

	Exercício 2006
Reserva Legal	93,000.00
Resultados Transitados	1,751,326.23
	<b>1,844,326.23</b>



1.



2.



3.

1.2. e 3.  
Costa da Caparica  
**Polis**

# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 41. Custos das Matérias Consumidas

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	Mercadorias	Mat. Primas, Subs. Consumo	Total
Existências Iniciais	960,261.00	-	960,261.00
Compras	-	7,713,313.12	7,713,313.12
Regularização de Existências	-	-	-
Existências Finais	960,261.00	-	960,261.00
	-	<b>7,713,313.12</b>	<b>7,713,313.12</b>

### 42. Variação da Produção

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	Produtos Acabados e Intermediários	Produtos e Trabalhos em Curso	Total
Existências Finais	3,125,589.32	1,461,029.89	4,586,619.21
Regularização de Existências	-	-	-
Existências Iniciais	3,907,548.89	1,437,976.22	5,345,525.11
<b>Diminuição/Aumento no Exercício</b>	<b>(781,959.57)</b>	<b>23,053.67</b>	<b>(758,905.90)</b>

Demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços

	Produtos Acabados e Intermediários	Produtos e Trabalhos em Curso	Total
Existências Finais	3,125,589.32	1,461,029.89	4,586,619.21
Entradas Provenientes Produção	-	63,930,470.28	63,930,470.28
Regularização de Existências	-	-	-
Existências Iniciais	3,907,548.89	63,148,510.71	5,345,525.11
<b>Custos das Vendas e das Prestações</b>	<b>781,959.57</b>	<b>-</b>	<b>64,689,376.18</b>

### 43. Remuneração dos Membros dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram respectivamente:

	Total
Conselho de Administração	238,474.78
Fiscal Único	18,000.00
	<b>256,474.78</b>

### 44. Vendas e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 distribuem-se da seguinte forma:

	Mercado Interno
Vendas	1,274,236.00
Prestações Serviços	68,786,447.45
	<b>70,060,683.45</b>



Costa da Caparica  
Polis

# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 45. Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	2007	2006		2007	2006
Juros Suportados	885,134.92	1,044,031.20	Juros Obtidos	1,400,049.64	1,682,923.62
Amortizações de Investimentos em Imóveis	5,590.06	5,590.06	Rendimentos de Imóveis	44,857.31	21,792.96
Diferenças Câmbio Desfavoráveis	-	4.89	Rendimentos de Participações de Capital	97.90	89.00
Outros Custos e Perdas Financeiras	323,873.80	426,904.82	Descontos de Pronto Pagamento Obtidos	-	209,165.74
	<b>1,214,598.78</b>	<b>1,476,530.97</b>	Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	0.01	0.26
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>230,406.08</b>	<b>437,440.61</b>			
	<b>1,445,004.86</b>	<b>1,913,971.58</b>		<b>1,445,004.86</b>	<b>1,913,971.58</b>

### 46. Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	2007	2006	Proveitos e Ganhos	2007	2006
Donativos	30,715.00	50,245.00	Ganhos em Imobilizações	1,426,575.79	66,936.97
Dívidas Incobráveis	-	219.39	Benefícios de Penalidades Contratuais	801,000.00	516,068.60
Perdas em Existências	3,155.99	21,834.40	Redução Amortizações e Provisões	127,372.19	-
Perdas em Imobilizações	-	3,110.35	Correcções Relativas Exercícios Anteriores	136,328.22	12,680.81
Multas e Penalidades	5,465.05	8,264.99	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	85,420.94	7,182.17
Correcções Relativas Exercícios Anteriores	180,267.54	183,337.33			
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	2,951.47	81,883.49			
	<b>222,555.05</b>	<b>348,894.95</b>			
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>2,354,142.09</b>	<b>253,973.60</b>			
	<b>2,576,697.14</b>	<b>602,868.55</b>		<b>2,576,697.14</b>	<b>602,868.55</b>



1.



2.

1. e 2.  
Santa Iria de Azóia  
**Piscinas**

# 8.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 48. Diversos

#### A. Estados e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo com estas entidades tinham a seguinte composição:

<b>Saldos Credores</b>	
Imposto Sobre o Rendimento da Pessoas Colectivas - Imposto Estimado	851,951.72
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	2,250,278.26
Imposto Sobre o Rendimento - Retenção na Fonte	135,158.11
Contribuição Para a Segurança Social	223,798.98
Restantes Impostos	33,719.30
	<b>3,494,906.37</b>

#### B. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2007, o saldo destas rubricas tinham a seguinte composição:

<b>Rubricas</b>	
<b>Acréscimos de Proveitos</b>	
Juros a Receber	91,665.83
Seguros	3,358.96
Obras	9,306,768.08
	<b>9,401,792.37</b>
<b>Custos Diferidos</b>	
Juros	4,696.42
Seguros Pagos Antecipadamente	53,882.89
Outros	227,002.17
	<b>285,581.48</b>
<b>Acréscimos de Custos</b>	
Encargos de Pessoal	1,030,899.54
Juros	164,042.87
Custos Obra	3,601,382.30
	<b>4,796,324.71</b>
<b>Proveitos Diferidos</b>	
Proveitos Diferidos em Obras	2,761,977.64
Receita Antecipada - Garantia	13,149,975.48
Outros	184.56
	<b>15,912,137.68</b>

### C. Discriminação de Caixa e Seus Equivalentes

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2007 e de 2006 é como segue:

	2007	2006
<b>Depósitos Bancários Mobilizáveis</b>		
Depósitos à Ordem	1,381,870.48	1,386,182.49
Depósitos a Prazo	-	1,500,000.00
<b>Equivalente a Caixa</b>		
Títulos Negociáveis	1,913.51	1,913.51
<b>Caixa e Seus Equivalentes</b>	<b>1,383,783.99</b>	<b>2,888,096.00</b>
<b>Outras Disponibilidades</b>		
Outras Aplicações de Tesouraria	4,000,000.00	2,999,998.26
<b>Disponibilidades do Balanço</b>	<b>5,383,783.99</b>	<b>5,888,094.26</b>

### D. Demonstração dos Resultados por Funções

A demonstração dos resultados por funções foi preparada em conformidade com o estabelecido pela Directriz Contabilística n.º 20, a qual apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de Contabilidade (POC) para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim, o valor dos resultados extraordinários (€ 2.354.142,09) apresentado na demonstração dos resultados por naturezas (Nota 46), foi reclassificado para as rubricas: Proveitos operacionais € 927.566,30 Ganhos e perdas em outros investimentos € 1.426.575.79.